



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO ÀS COOPERATIVAS DO NORDESTE

Palácio do Planalto
23 de janeiro

O Programa de Apoio à Organização de Pequenos Produtores Rurais no Nordeste estabeleceu um sistema de financiamento e apoio ao pequeno produtor, organizado em comunidades, cooperativas ou associados. O alvo do Governo é vencer obstáculos burocráticos de modo que os benefícios cheguem aos lavradores com rapidez.

21 de janeiro — O Presidente da República promete que os juros para o pequeno produtor agrícola permanecerão em 35% do valor da operação e não como havia decidido o Conselho Monetário, que os fixou em 80% do valor da ORTN mais 3%.

23 de janeiro — O Presidente José Sarney assina o decreto que cria o Programa de Apoio às Cooperativas do Nordeste.

Com a assinatura deste Decreto, acabo de criar o Programa de Apoio à Organização de Pequenos Produtores Rurais no Nordeste.

O Programa estabelece um sistema de financiamento e apoio ao pequeno produtor, organizado em comunidades, cooperativas ou associados. E, desde agora, como foi anunciado, lhe destinamos Cr\$ 2 trilhões do PROTERRA e do FINSOCIAL. O lavrador terá recursos não reembolsáveis para sua produção agropecuária, extrativa ou artesanal, sua

comercialização ou beneficiamento, para a aquisição de animais, máquinas e outros implementos, para obras de interesse coletivo, como poços, silos, eletrificação, pontes e estradas, e, finalmente, para a própria criação ou manutenção de associações produtivas, institucionais ou não.

O Programa será operado da maneira mais simples, devendo a Associação enviar o pedido à SUDENE, gestora do programa, através dos Bancos do Brasil e do Nordeste. Analisado por um conselho com participação de trabalhadores, dentro de um criterioso plano de prioridades, o financiamento será autorizado e remetido sem que os lavradores tenham de sair dos seus municípios.

Creio que esse programa, que muda substancialmente o enfoque até hoje dado ao crédito dos pequenos, é um dos grandes programas já formulados pelo Governo.

Em primeiro lugar, pela maneira como foi feito, procurando-se encontrar um mecanismo simples que fizesse com que os recursos chegassem às mãos do pequeno agricultor sem maiores delongas.

Na verdade, esse é um grande problema. Da decisão ao resultado longo é o caminho, sempre dificultado pelos obstáculos burocráticos. É quase com angústia que tenho percebido que parte dos muitos recursos que vamos colocando para ajudar os pobres, opção preferencial do meu Governo, custa a chegar ao seu destino. É preciso ativar, motivar, romper a inércia. E para isso estamos pedindo a todos para ajudarem estes programas, trabalhando com dedicação e eficiência. Assim, os que dele participam ajudam a ajudar, ajudam a dar aos pobres aquilo a que eles têm direito.

O programa ora lançado é uma resposta. Usa a própria estrutura social e a rede financeira já existentes.

Passam a fazer parte de sua administração os próprios interessados, os pequenos produtores, representados pela Confederação dos Trabalhadores Rurais. A ação do Governo fica assim mais transparente, mais fácil de ser controlada, mais barata, e mais democrática. Quanto mais informado for o público dos programas sociais, mais ele saberá exigir seu bom funcionamento, maior eficiência e o uso adequado dos recursos.

Uma outra razão da grande importância que dou a este Programa é de ordem estratégica.

Creio, e é compromisso da Aliança Democrática, que se a Nova República conseguir mudar o Nordeste, estará também mudando o Brasil. Se triunfamos, o Brasil terá vencido o mais grave desafio social de seu desenvolvimento. Se formos derrotados, o Brasil inteiro terá perdido. Daí estarmos depositando tanta esperança nos programas de transformação social o progresso econômico para a área.

No ano de 1986, a SUDENE terá recursos da ordem de 14% do total dos investimentos orçamentários do Governo Federal, mais de dez vezes o que dispunha em 1985. Programas todos voltados para os mais carentes. Projeto Nordeste, recuperação dos danos provocados pelas enchentes, um milhão de hectares irrigados. FINOR Alimentos, projeto de financiamento direto a entidades comunitárias.

A palavra participação destina-se a ser ação. No Conselho da SUDENE, hoje, participam trabalhadores da indústria, do comércio e da agricultura. O plano-diretor foi por eles discutido. Agora, neste Programa, eles terão assento para decidir.

Essa é uma experiência que tem se mostrado bastante eficiente. Basta dizer que a presença dos trabalhadores nos órgãos colegiados da SUDENE tem feito com que o nível dos projetos melhore, uma vez que o empresário, ao remeter um projeto que sabe vai ser discutido sob o ângulo social pelos trabalhadores, ele dá, já na sua elaboração, um destaque ao setor social que não havia antes. No momento em que os analistas dos projetos dos órgãos oficiais sabem que esse projeto vai ser discutido num colegiado do qual participam também os trabalhadores, eles o analisam também sob esse ângulo. E, por outro lado, a presença dos trabalhadores nestes órgãos tem sido um permanente exercício de uma participação mais efetiva, participação essa na qual eles se sentem também responsáveis pela ação de governo.

Com relação ao Nordeste, vou citar alguns valores: o orçamento da SUDENE para o presente ano é da ordem de Cr\$ 12,4 trilhões; o FINOR atinge Cr\$ 6,5 trilhões; o FINOR Alimentos, criado agora, Cr\$ 3 trilhões; o Programa de Irrigação, Cr\$ 6,6 trilhões; o Programa de Recuperação

das Enchentes, em processamento e já na parte final, Cr\$ 2 trilhões; e o Programa agora lançado, de apoio às associações de pequenos produtores, Cr\$ 2 trilhões. Um total de Cr\$ 32,5 trilhões!

Devemos acrescentar o prestígio político que o Governo tem dado aos órgãos e à solução dos problemas daquela região. A SUDENE, que se encontrava desmotivada, hoje voltou a ser o grande organismo de decisão do Nordeste. Transformada em autarquia especial, mudada a sistemática da discussão e aprovação dos seus projetos, o seu Conselho Deliberativo voltou a ser o grande fórum de discussões, de meditação e de reflexão daquela região.

Finalmente, esse projeto aponta uma direção de desenvolvimento social. Tenho repetido que precisamos achar rapidamente os caminhos para a transformação social do País. Esse foi o desejo do povo em praça pública, e continua sendo; e quem não ouvir esse clamor será descartado pela História.

Quero aqui exaltar publicamente a SUDENE e seu Superintendente e o Ministério do Interior, porque partilham de minha intenção de arregaçar as mangas e buscar fórmulas práticas e imaginativas para mudar as coisas.

A melhor forma de fazê-lo é dando participação ao povo. As cooperativas, a ação comunal, a organização das comunidades são uma maneira fundamental de se praticar a democracia.

Ao Brasil não interessa um desenvolvimento que beneficie uma minoria, que a longo prazo ele mata. Ao Brasil não interessa o progresso só do Estado, porque ele sufoca e imobiliza.

As cooperativas, a ação comunal, a organização das comunidades são caminho importante porque não apenas resolvem esse dilema, mas também recusam o assistencialismo imediatista, e plantam sólidas raízes do futuro: ensinar a pescar para comer a vida inteira, sem que os recursos se percam em imensos organismos burocráticos.

Eu desejo a criação, como todos nós, de um Estado social de direito. Ninguém pode ser feliz, quando a socie-

dade é infeliz. A melhor maneira de buscar a felicidade é trabalhar para todos.

O homem cria cada vez mais o desenvolvimento, aumenta os seus bens, mas, paradoxalmente, sente-se cada vez mais infeliz. É uma presa fácil para a revolta, para a violência, para o afastamento de Deus.

Melhorar a qualidade de vida é fazer o que o Brasil mais precisa neste instante.

Ouvindo e apoiando as comunidades, assim como as associações de pequenos produtores, estamos procurando meios para mudar a face deste País.